



O DESMATAMENTO NO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS (PA): A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES E DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Alana Paula de Araujo Aires¹

Evelyn Lopes Freires²

Mario Vasconcellos Sobrinho³

André Cutrim Carvalho⁴

Eixo Temático 5: Gestão Urbana e Meio Ambiente

RESUMO

A pesquisa visa efetuar uma análise preliminar sobre as transformações socioambientais e econômicas ocorridas no município de Óbidos, no Estado do Pará. Uma vez que os recursos naturais são de grande importância e o seu uso requer planejamento e utilização de políticas públicas locais no momento de manejar estes recursos e utilizá-los da melhor forma, tanto para geração de renda para população que reside na região, quanto para preservação dos mesmos. No entanto, nos últimos anos o planejamento inadequado para extração desses recursos não tem sido realizado com êxito e com a devida parcimônia com o meio ambiente. Isso acaba gerando um comprometimento muito elevado dos recursos naturais com drásticas consequências para o meio ambiente e para o desenvolvimento do Estado. Por outro lado, o crescimento econômico e desordenado em regiões de fronteira como o município de estudo, continua sendo as principais causas do desmatamento. Nestes termos, o presente artigo apresenta como objetivo identificar o processo de desmatamento, bem como o vínculo com o desmatamento e a importância das instituições na região paraense e no município de Óbidos. A pesquisa discutirá as políticas públicas locais utilizadas para combater o desmatamento na região, considerando as necessidades e a preposição de alternativas capazes de oferecer melhorias no quadro atual da população dessa região.

Palavras-chave: desmatamento; meio ambiente; desenvolvimento; políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia (IMAZON), em 2016, o desmatamento atingiu 19% das florestas da Amazônia brasileira. Houve avanços no combate ao desmatamento de 2004 até 2012, quando este atingiu seu menor patamar na história recente graças à adoção de políticas públicas. Porém, a partir de 2013, o desmatamento voltou a subir rapidamente e, em 2016, o aumento foi mais expressivo com quase 8 mil quilômetros quadrados de florestas destruídas.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (PPGEDAM/NUMA) da UFPA.

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia (PPGEDAM/NUMA) da UFPA.

³Doutor em Estudos do Desenvolvimento pela Swansea University, Reino Unido, Professor da Universidade Federal da Pará (UFPA) e da Universidade da Amazônia (UNAMA).

⁴Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Professor da Universidade Federal da Pará (UFPA).

Como forma de tentar reduzir o quadro de desmatamento na região o governo estadual cria o Programa “Municípios Verdes”, no qual se configura como um programa iniciado em 2011 que teve grande destaque nacional e internacional devido aos resultados positivos obtidos em alguns municípios paraenses como, por exemplo, Paragominas. Este município obteve grande destaque no alcance de suas metas. Dentro deste contexto de discussão de sustentabilidade, a pesquisa objetiva demonstrar como ocorre o estímulo no sentido de fazer o município de Óbidos migrar para uma postura mais sustentável.

O processo de mudança para uma postura que busca preservar os recursos naturais presentes de forma eficaz buscando o desenvolvimento local – do ponto de vista ambiental e consequentemente econômico e social - chama atenção por ter sido mediado dentro de práticas rotineiras inseridas dentro de um contexto social e cultural do sujeito que recebeu as políticas públicas norteadoras do processo, ou seja, de todos aqueles atores locais que notaram a necessidade da mudança na forma de produção e utilização ou gestão dos recursos naturais. Com todo engajamento e interação das tecnologias sobre as relações sociais. Foi firmado, então, um pacto com entidades públicas, privadas e não governamentais que busca promover o desenvolvimento econômico paraense ao mesmo tempo em que objetiva atingir a meta de desmatamento zero, com foco nos municípios (GUIMARÃES et al., 2011).

MOTTA (2013), observa que todos setores da sociedade passam a desenvolver práticas e reflexões sobre sua interação com as demais áreas, testando possibilidades e inventando processos interacionais para participar segundo suas próprias perspectivas e interesses. O fato de que os circuitos em desenvolvimento tenham a tendência assinalada, de “atravessar” os campos sociais estabelecidos – mesmo quando o ponto de origem de um circuito é um desses campos, como, por exemplo, o educacional –, leva a uma espécie de “recontextualização”.

O programa, que reúne o Governo do Estado, Governo Federal, administrações municipais, Ministério Público, empresários, produtores e outras instituições representativas de setores produtivos, denominou-se Programa Municípios Verdes. Possui como público-alvo os produtores rurais, entidades representativas do setor produtivo, população de forma geral e prefeituras. Este programa possui como justificativa a expansão da agropecuária e da atividade madeireira ilegal e predatória, motrizes de desenvolvimento no Estado do Pará – considerada uma das regiões com a maior biodiversidade do planeta -, que impulsionou nas últimas décadas um desmatamento intenso (GUIMARÃES et al., 2011).

Diante deste contexto o PMV utiliza instrumentos com o intuito de implantar o fortalecimento de gestão ambiental e o combate ao desmatamento ilegal no Pará. Dentre elas estão duas ferramentas de gestão compartilhada: o Sistema de Alerta do Desmatamento automatizado da Lista do Desmatamento Ilegal (LDI) e a Plataforma Simples Ambiental.

Os Sistemas foram criados a partir do Projeto de Olho na Floresta. O LDI veio para gerar o monitoramento contínuo da floresta, fornecendo alertas semanais das alterações na vegetação nativa para gerar a detecção e mapeamento do desmatamento atual e sua intensidade, utilizando imagens de satélites de alta precisão. Já a Plataforma Simples Ambiental é o ambiente eletrônico criado pela SEMAS para cadastro e emissão da Dispensa de Licenciamento Ambiental, do Licenciamento Ambiental Declaratório e o do Licenciamento Ambiental Simplificado no âmbito estadual. Para os municípios que optarem por aderir ao regime simplificado poderão usar na sua esfera de gestão, condicionado a apresentar capacidade técnica, estrutura, e engajamento nas políticas e metas de gestão ambiental para monitorar e fiscalizar as atividades licenciadas. A facilidade é que nestes municípios o licenciamento passa a ser feito on-line, não necessitando do deslocamento do produtor até o órgão ambiental.

Neste primeiro momento, é preciso destacar a relevância acadêmico-científica do presente artigo, já que uma análise sobre o desmatamento e a importância das instituições em prol do desenvolvimento no município de Óbidos (PA) direcionada como uma alternativa de compreensão sobre o processo histórico de (não) desenvolvimento econômico nos moldes do modo capitalista de produção. O município também é um território de fronteira que apresenta altos índices de desmatamento de acordo com o Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES).

De fato, a discussão sobre o tema do desmatamento tem crescido nos últimos anos, e os focos em evidência estão pautados na discussão de desenvolvimento e integração. Além disso, a dicotomia entre os países desenvolvidos e aqueles em processo de desenvolvimento, transparece nitidamente ao observar que os benefícios do aumento dos fluxos de trocas foram concentrados para os primeiros, mas os processos de produção e de consumo têm sido disseminados e padronizados para todo o “resto do mundo”, constatando uma relação desigual e extremamente prejudicial para com o meio ambiente e desenvolvimento local.

O objetivo do artigo é analisar o processo de desmatamento no município de Óbidos no estado do Pará e, posteriormente busca-se demonstrar instrumentos para o combate ao desmatamento nesta região. Além disso, procura-se demonstrar a importância das instituições nesse processo e explicar como as políticas públicas podem ser fundamentais e eficientes quando realizadas de forma integrada com a sociedade civil organizada.

Neste sentido, a abrangência temática – envolvendo o desmatamento e as instituições no município de Óbidos – torna-se objeto de estudo de suma importância no contexto atual. O trabalho procura responder a seguinte pergunta: como as políticas públicas influenciam nas atitudes do município de Óbidos (PA) no sentido de que possa permitir ou estimular a migração deste para uma postura mais sustentável do ponto de vista ambiental, social e econômico?

2. METODOLOGIA

Em linhas gerais, principalmente no âmbito da pesquisa científica, impõe-se uma restrição metodológica, que é a necessidade de confrontação da realidade pensada, abstraída do concreto, com a realidade empírica, ou seja, aquela que é percebida pelos nossos sentidos. Por sua vez, como visto nas palavras de Lakatos e Marconi (1991, p. 106), “os conhecimentos práticos estão submetidos à necessidade de conexão imediata com a realidade a que se referem”.

Do ponto de vista da abordagem, o presente trabalho de pesquisa buscará o maior número possível de informações sobre a temática utilizando a técnica de pesquisa do tipo quantitativa, que tem como finalidade ser utilizada no desenvolvimento de pesquisas descritivas e de âmbito social, econômico, mercadológica, opinião, administração, onde objetiva-se descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como na investigação sobre causas dos fenômenos. De acordo com Lakatos (1981, p. 108):

[A pesquisa quantitativa] considera é preciso fornecer descrição da sociedade, considerada como um todo organizada. Por exemplo, definem-se e delimitam-se as classes sociais, especificando as características dos membros dessas classes e, depois, mede-se a sua importância ou variação, ou qualquer outro atributo quantificável que contribua para seu melhor entendimento.

Nestas condições, o procedimento utilizado neste artigo envolve o método dedutivo porque parte do geral, ou seja, a discussão envolvendo os fundamentos teóricos para a compreensão da dinâmica de consolidação de políticas públicas eficientes e, também, o método indutivo



porque considera o particular, o papel das instituições e implantação de políticas públicas no processo de desenvolvimento do município de Óbidos no Oeste Paraense e na mesorregião do Baixo Amazonas.

Como o objetivo do projeto é demonstrar o processo de desmatamento e a importância das instituições, bem como suas consequências no processo de desenvolvimento em Óbidos, pode-se definir essa pesquisa como sendo do tipo exploratória.

A base de dados está respaldada no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e no Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) e na base de dados da Política Pública Estadual do Pará: Programa Municípios Verdes (PMV). No primeiro momento, com o auxílio das instituições competentes, diversos materiais serão coletados onde, geralmente, ocorre maior número de desmatamento. Na segunda parte da pesquisa, serão feitos levantamento de dados, considerando o município de Óbidos considerando as ações desenvolvidas junto com a população local sobre os impactos que o desmatamento causa na qualidade de vida das mesmas. Além disso, são efetuadas análises de projetos desenvolvidos com a Secretaria de Meio Ambiente para conhecer como são feitos os levantamentos de dados, estudos e demonstrar os impactos ambientais, sociais e econômicos ocasionados pelo mesmo, nas regiões que mais sofrem com o desmatamento.

Neste sentido, o presente artigo buscará o maior número possível de informações sobre a temática utilizando a técnica de pesquisa do tipo qualitativa, que tem como finalidade ampliar as informações sobre o assunto em questão através de livros, artigos de periódicos e outras referências importantes.

3. RESULTADOS/DISCUSSÕES

3.1. A Política Pública dos Municípios Verdes como gestão do desmatamento

A partir da Agenda 21, criada na Rio 92, o discurso sobre sustentabilidade ganha força e temas como, por exemplo, dos indicadores sociais que visam promover o desenvolvimento sustentável por meio da melhoria da governança e tomada de decisão, - caso do Programa dos Municípios Verdes- surgem para fomentar o debate. No entanto, o conceito de sustentabilidade ainda que popularizado de forma ostensiva, encontra controvérsias e diversas definições conforme sua abordagem. Isto demonstra o quanto a mediação – relações sociais no processo de recepção - e mediação – forma como as mídias interferem nestas relações sociais - estavam e estão presentes neste processo.

A tomada de decisões sobre políticas públicas, instituições, desenvolvimento e divulgação científica em determinado estado ou município, bem como a forma como ocorre essas decisões e como as mídias interferem nas relações sociais deveria ser pautada em uma questão primordial que permitisse questionarmos se de fato o desenvolvimento das ciências promove o desenvolvimento igualitário das sociedades. Para responder a este questionamento é fundamental entender o processo de mediação, mediação e as teorias da comunicação.

Segundo BRAGA (2012), na área da comunicação o surgimento de uma “mídia de massa” no formato de indústria cultural tornou-se objeto de estranhamento social: uma sociedade vista como massificada passava a ser mediada por processos informativos e de entretenimento não-habituais, subsumidos a setores sociais dominantes, não controlados pela sociedade em geral. Este comportamento ocorre quando há um entendimento enviesado do próprio conceito de sustentabilidade. Pois, muito se discute, mas poucos conhecem de fato este conceito e sua relevância para o planeta. É importante destacar que este entendimento é de grande



importância tanto para os atores locais quanto para o próprio estado. Pois, a partir do momento que este ente social reconhece que há problemas ele passa a desenvolver ou promover políticas públicas capazes de reverter o quadro que se apresenta e que gerem cidadania e melhoria de vida para a população que reside nos municípios onde ocorre esses grandes índices de desmatamento.

Os municípios do Pará aderem ao Programa Municípios Verdes por meio de assinatura de termo com o MPF onde se comprometem com um conjunto de sete metas, que são monitoradas pela coordenação do PMV e validadas pelo Comitê Gestor. O cumprimento dessas metas habilita os municípios a receberem benefícios como o desembargo ambiental, incentivos fiscais e prioridade na aplicação de recursos públicos.

O monitoramento e validação do cumprimento das metas é realizado pelo PMV com base em:

- Dados do CAR divulgados periodicamente pela SEMA;
- Dados sobre desmatamento divulgados mensalmente (DETER e SAD) e anualmente (PRODES);
- Boletins mensais de focos de desmatamento produzidos pelo SAD/IMAZON e enviados pelo PMV para os municípios realizarem verificação em campo;
- Relatórios de checagem de campo dos pontos de desmatamento enviados pelos municípios para o PMV;
- Informações fornecidas pela SEMA/DIPLAM sobre processos de habilitação de municípios para o licenciamento ambiental de impacto local;
- Atendimento e visitas a municípios pela equipe do PMV.

O objetivo do PMV é incentivar a efetivação de pactos municipais buscando a redução do desmatamento no estado em 80% até o ano de 2020. O Programa é uma extensão da experiência de controle do desmatamento implantada a partir de 2009 no município de Paragominas visando gerar condições para intensificar o uso sustentável das áreas desmatadas no estado, promover a regularização ambiental e fundiária de imóveis rurais e viabilizar o reflorestamento e o manejo sustentável da cobertura florestal para suprir também a demanda por madeira.

Além disso, o PMV baseia sua atuação em quatro eixos estratégicos:

- 1) controle e combate ao desmatamento;
- 2) ordenamento territorial, ambiental e fundiário;
- 3) produção sustentável; e
- 4) gestão ambiental compartilhada.

O Estado do Pará foi fortemente afetado pelas ações de combate ao desmatamento na Amazônia por parte do Governo Federal e do Ministério Público Federal durante a primeira década dos anos 2000. Essas medidas resultaram na inclusão de 17 municípios na lista crítica de desmatamento pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e, posteriormente na assinatura de Termos de Ajustamento de Condutas por parte de frigoríficos e produtores de gado. Além disso, milhares de imóveis rurais foram embargados e ocorreram impactos sociais em função da paralisação das atividades econômicas irregulares.

Uma das principais características do PMV é a sua vinculação com as políticas públicas federais e estaduais de combate ao desmatamento e promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia, especialmente com as ações do Plano Amazônia Sustentável (PAS), do Plano



de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e do Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD)

Em resposta a essa situação, o Governo do Estado lançou, em março de 2011, o Programa Municípios Verdes (PMV), através do Decreto Estadual nº 54/2011. Iniciativa promovida em parceria com municípios, sociedade civil, iniciativa privada e Ministério Público. Os objetivos gerais do PMV são combater o desmatamento e fortalecer a produção rural sustentável por meio de ações estratégicas de ordenamento e gestão ambiental e fundiária.

3.2. O Programa Municípios Verdes e o Município de Óbidos

O município de Óbidos pertence ao estado do Pará e faz parte da Mesorregião do Baixo Amazonas. Possui fronteira ao norte com a República do Suriname e Município de Almerim; ao sul, municípios de Santarém e Juruti; ao leste, município de Alenquer e a oeste Município de Oriximiná.

Atualmente, Óbidos é um município que sobrevive do extrativismo natural, com a coleta da castanha do Pará para beneficiamento, sendo a segunda maior indústria beneficiadora da castanha, ficando atrás somente da capital do estado, da agricultura de subsistência, com destaque para a produção familiar da mandioca do qual é produzida a farinha branca, farinha de tapioca, a tapioca (goma), o tucupi e uma variedade de bejú. Na sua produção nada vai fora, a folha serve para produção da maniçoba, um prato típico muito apreciado. Já a casca da mandioca, no período de escassez do capim, serve de alimento para o gado. Apesar disso, a pecuária é a principal economia do município.

O município de Óbidos foi escolhido para ser analisado por apresentar a pecuária como principal atividade econômica e por esta atividade ser historicamente uma propulsora do desmatamento por práticas irregulares de implantação. Além disso, devastam grandes áreas para manutenção dos pastos.

Por outro lado, a Região de Integração (RI) do Baixo Amazonas apresenta altos índices de desmatamento (FAPESPA, 2016). Conforme mostra a figura 1. Já em 2016, o desmatamento atingiu 19% das florestas da Amazônia brasileira. Houve avanços no combate ao desmatamento de 2004 até 2012, quando este atingiu seu menor patamar na história recente graças à adoção de políticas públicas. Porém, a partir de 2013, o desmatamento voltou a subir ligeiramente e, em 2016, o aumento foi mais expressivo com quase 8 mil quilômetros quadrados de florestas destruídas.

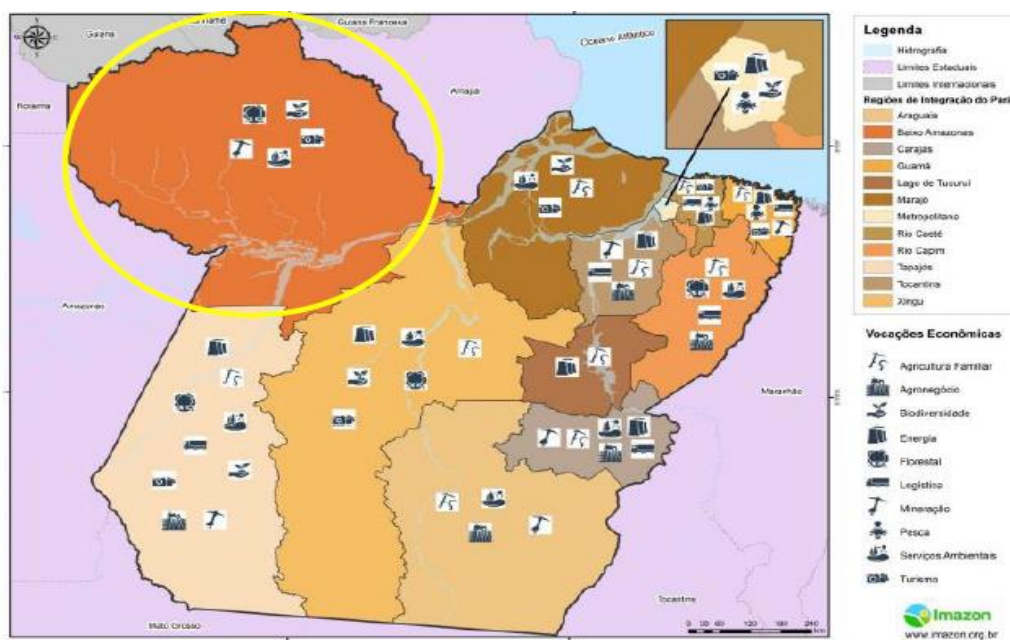
Figura 1 - Desmatamento nas Regiões de Integração (2013).

Município	Área Km ²	Desmatado 2013	(%)
Pará	1.247.780	255.250	21%
Baixo Amazonas	316.085	19.963	6%
Alenquer	22.286	1.402	6%
Almeirim	72.964	1.777	2%
Belterra	4.399	811	18%
Curuá	1.430	331	23%
Faro	11.794	239	2%
Juruti	8.308	1.163	14%
Mojuí dos Campos	-	-	-
Monte Alegre	19.516	4.199	22%
Óbidos	28.031	1.856	7%
Oriximiná	107.782	1.506	1%
Prainha	14.785	1.698	11%
Santarém	22.890	4.637	20%
Terra Santa	1.900	346	18%

Fonte: FAPESPA, 2013.

A persistência do desmatamento mantém a população da região de integração em ciclo vicioso de degradação ambiental e de baixo desenvolvimento na área econômica e social. Em 2004, o estado do Pará contribui com 2% do PIB e foi responsável por gerar quase um quinto das emissões de gases de efeito estufa (FAPESPA, 2016). É válido destacar que todas as 12 RIs do Pará têm potencial para algumas das nove vocações econômicas alavancadas (Figura 2) – Agricultura familiar, agronegócio, biodiversidade, energia, florestal, logística, mineração, pesca, serviços ambientais, logísticas, com destaque para as RIs do Tapajós, Xingu, **Baixo Amazonas**, Tocantins, Carajás, Rio Capim e Rio Caeté.

Figura 2 - Vocações econômicas da RI do Baixo Amazonas.

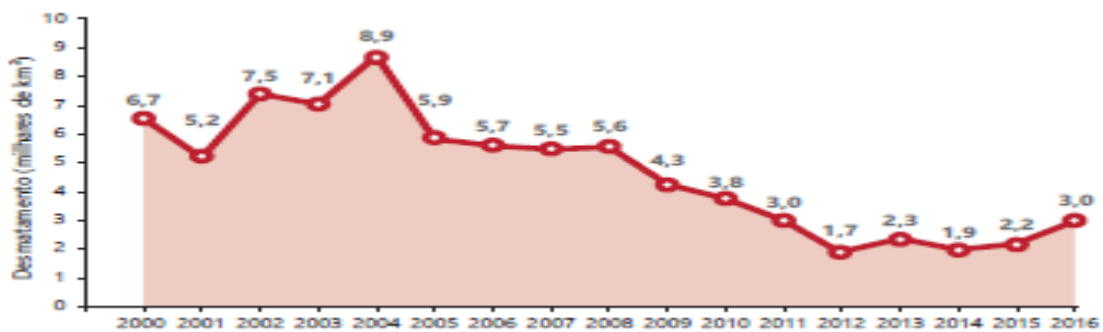


Fonte: FAPESPA, 2016.

A falta de incentivos à agricultura familiar tem gerado a marginalidade dos jovens trabalhadores e trabalhadoras, envolvendo-os em drogas, prostituição, gravidez precoce etc. Neste sentido, a partir dos repasses feitos aos municípios por meio do PMV é possível implementar um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável. Qualquer projeto alternativo de desenvolvimento deve pressupor a democratização nas relações de trabalho, renda digna e respeito aos direitos trabalhistas, como condições básicas para a qualidade de emprego e vida, independentemente de quem quer que seja o empregador. O desenvolvimento do município precisa ser pensado a partir da sustentabilidade. Sem isso há uma exploração intensa dos recursos naturais.

Diante deste contexto foram criadas políticas públicas visando reduzir o desmatamento na Amazônia como um todo e consequentemente na Região de Integração do Baixo Amazonas no estado do Pará. Em 2012, de acordo com o INPE (2012) houve a redução no desmatamento a partir das políticas públicas adotadas tanto no âmbito federal quanto no estadual. O desmatamento no Pará até 2016 atingiu 263 mil quilômetros quadrados de florestas, ou 21% do território do Estado (Figura 2). A taxa média de desmatamento anual de 5,8 mil quilômetros quadrados entre 1988 e 2004 caiu para 5,1 mil quilômetros entre 2005 a 2010. Além disso, entre 2011[16] e 2016, essa taxa média foi reduzida para menos da metade: cerca de 2,4 mil quilômetros quadrados. Em 2012, registrou-se a menor taxa de desmatamento da história: 1,7 mil quilômetros quadrados (Figura 3). Houve uma queda de 80% na taxa de desmatamento no Pará de 2012 em comparação com a taxa de 2004, auge da destruição de florestas na década passada (8,9 mil quilômetros quadrados). Contudo, após esse período de redução das taxas até 2012, o desmatamento voltou a subir, atingindo cerca de 3 mil quilômetros quadrados em 2016 (INPE, 2016).

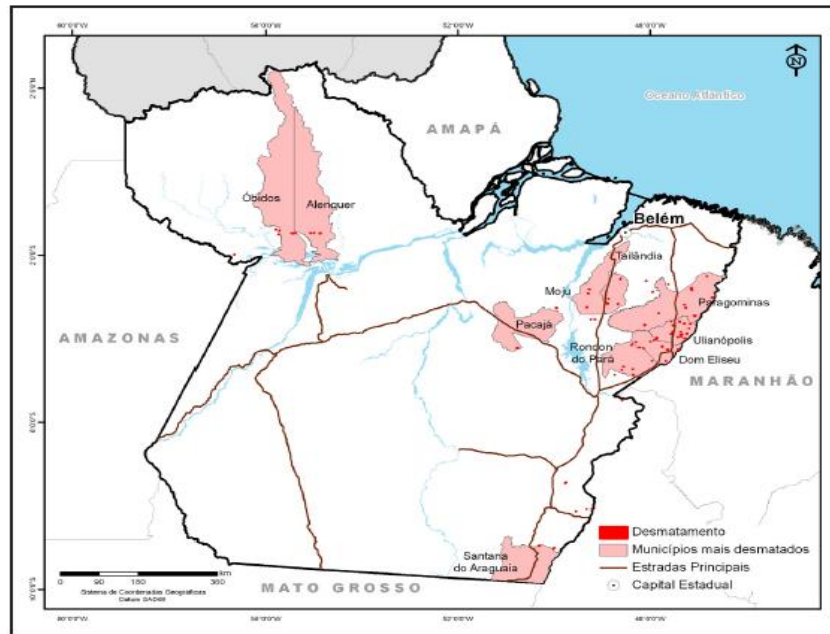
Figura 3 - Taxa de desmatamento no Pará de 2000 a 2016



Fonte: INPE, 2016.

A grande maioria (89%) do desmatamento nesse período ocorreu em áreas privadas ou sob diversos estágios de posse. O restante (11%) do desmatamento ocorreu dentro das áreas de Assentamento de Reforma Agrária. Não houve desmatamento em Áreas Protegidas no período de janeiro a março de 2008. Os Projetos de Assentamentos mais desmatados no período foram Cruzeiro (Óbidos), São Paulo das cachoeiras (Breu Branco) e Novo Horizonte (Alenquer). Óbidos no referido período ocupou o 9º lugar no ranking dos municípios que mais desmatam no estado do Pará, de acordo com levantamento feito pelo INPE (Figura 4).

Figura 4 - mapa dos municípios que mais desmataram no Pará de janeiro a março de 2008



Fonte: INPE, 2016.

Salisbury (1995) argumenta que a política pública versa em decisões sancionadas pelos atores governamentais, o que neste caso significa os resultados ou saídas de procedimentos governamentais. Já Secchi (2011) observa que uma política pública é uma diretriz formada para enfrentar um problema público. Porém, a definição de Laswell (1936 *apud* SOUZA, 2006) continua sendo a mais conhecida por considerar que as decisões e análises sobre política pública implicam responder questões como: quem ganha o quê? Por quê? E que diferença faz?

Em geral pode-se observar que todas as definições de políticas públicas possuem uma visão holística, uma perspectiva de que o todo é mais importante que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. Então se pode dizer que política pública busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. Desta forma a busca por uma teoria geral da política pública implicaria a necessidade de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Esta também é a razão pela qual os pesquisadores de áreas tão diversas partilham do interesse nesta área e têm colaborado para os avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006, p. 26).

Outro ponto importante que deve ser observado é a necessidade de distinção entre política pública e decisão política. Uma política pública comumente envolve mais do que uma decisão e demanda diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política está relacionada a uma escolha dentre várias alternativas, de acordo com a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Desta forma, embora uma política pública sugira decisão política, a recíproca nem sempre é verdadeira (RUA, 1998).

De acordo com Ross (2006), a Região da Amazônia abriga a última floresta de dimensão continental e identifica, com relação ao seu uso, dois grupos de atores: o primeiro com interesse no grande potencial de recursos, visando desse modo, a extração e transformação do espaço e o outro com interesse em sua preservação. Estes interesses poderiam vincular-se entre si, como demonstrado pelas indústrias farmacêuticas, empresas biotecnológicas e de engenharia genética que manifestam o desejo de que a Amazônia possa oferecer o que tem, mas que mantenha suas características intactas (Souza, 2002).

Porém, isto não vem ocorrendo na região, pois o modelo de desenvolvimento imposto na Amazônia resulta na sua transformação. Dessa forma, a manutenção das características naturais e o desenvolvimento são elementos dissociativos, no qual o segundo por não observar o devido planejamento acaba muitas vezes sendo desordenado e termina concorrendo com o primeiro e até mesmo se sobrepondo a ele.

No caso do PMV a política pública se desenvolveu ser realizar sobreposição sobre a população que reside no local e sobre os recursos naturais disponíveis. A meta inicialmente era atender 100 municípios paraenses até 2015, mas já em 2013 este número foi ultrapassado. Ao ser contemplado pelo Programa o município recebe infraestrutura para aumentar os instrumentos de combate e prevenção do desmatamento. Tais ações funcionam como mecanismo de eficiência na gestão ambiental. Além disso, também é elaborado projetos que visem a conscientização das pessoas que lidam com o campo ou pesca para que utilizem de forma consciente os recursos naturais. Os equipamentos oferecidos são fundamentais no processo.

Neste sentido tais posturas ocasionam o desmatamento na região. Isto provoca problemas sociais, econômicos e ambientais que resultam em emissão de gases de efeito estufa no contexto de mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e de serviços ecossistêmicos essenciais. Além disso, o desmatamento também ocasiona impactos sociais negativos sobre os povos e comunidades tradicionais como os indígenas, quilombolas, seringueiros e ribeirinhos.

Várias instituições têm trabalhado sobre o tema e pesquisando as causas e dinâmica dos desmatamentos na Amazônia. Assim, as discussões que há muito tempo se concentravam basicamente nos impactos adversos que o meio ambiente sofria por causa do desenvolvimento, originou um novo debate sobre quais seriam as perspectivas de desenvolvimento a partir de um meio ambiente degradado (COSTA, 1997).

Neste contexto, ocorre atuação de diferentes atores. De acordo com BRAGA (2012), uma mediação corresponde a um processo em que um elemento é intercalado entre sujeitos e/ou ações diversas, organizando as relações entre estes. Esse conceito básico parece se manter em todas as situações em que a expressão é chamada a nomear o processo.

O município de Óbidos foi o primeiro do oeste paraense a conquistar o título de município verde a partir de todas ações integradas com a Secretaria de Meio Ambiente do Município. A instituição está com um Programa de Educação Ambiental com ações como o projeto pescando cidadania; Campanha Municipal de Combate ao Desmatamento além de um plano Integrado de Resíduos Sólidos. Além disso, o município também ganha apoio do Plano de Ação e Controle no Combate ao Desmatamento (PPCDAm). O plano foi criado para enfrentar o desmatamento de forma abrangente, integrada e intensiva. As ações previstas estão articuladas em torno de quatro eixos temáticos:

1. Ordenamento territorial;
2. Monitoramento e Controle Ambiental;
3. Fomento as atividades produtivas sustentáveis;



4. Instrumentos Econômicos e Normativos.

De acordo com o relatório gerado pelo PMV o município de Óbidos possui mais de 80% de imóveis rurais cadastrados pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR). Sendo este um instrumento de gestão e planejamento agroambiental fundamental para quantificar as informações existentes e de posse delas tratá-las e elaborar políticas para combater as disparidades ou polarizações sociais e econômicas existentes. Além disso, o município foi avaliado e possui desmatamento menor que 40km² (PRODES, 2016).

Além do município de Óbidos ser o primeiro do Oeste do Pará a obter o selo de município verde ultrapassando até mesmo a meta do Programa que é a obtenção de 80% do CAR - Cadastro Ambiental Rural. Ele também participa. O Programa possui um sistema de parcerias e pactos locais que buscam a continuidade e complementaridade do programa, visando não depender de um único órgão ou ente governamental. Dessa forma, produtores rurais, prefeituras, ministério público, sindicatos e entidades de classe, ONGs, órgãos ambientais, fundiários e de apoio à produção devem se unir em torno de agendas locais para enfrentar problemas concretos.

O município de Óbidos já possui o Programa de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento (PPCAD) Municipal, publicado em dezembro de 2014 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMUNA) e Prefeitura Municipal de Óbidos. O município foi o único da região que elaborou e tem executado o PPCAD municipal por iniciativa própria com apoio de parceiros como o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e Fundo Vale.

O PPCAD elenca 23 ações que abrangem um período de três anos (janeiro de 2015 a dezembro de 2017). O PPCAD de Óbidos tem como órgão executor a SEMMA e auxílio do Grupo de Trabalho Municipal de Combate ao Desmatamento de Óbidos, que foi formalizado em agosto de 2014 e tem o objetivo de assessorar as atividades para o cumprimento das metas do PPCAD Municipal.

No dia 14 de junho de 2016, foi realizada uma nova oficina participativa no município de Óbidos a fim de avaliar se as metas estabelecidas no PPCAD municipal têm sido cumpridas. Os resultados desta oficina são apresentados nesse item.

As oficinas participativas se constituem como uma importante estratégia de mobilização para empoderar os participantes sobre as políticas de combate ao desmatamento, desenvolvidas em escala federal, estadual e municipal; apresentar o diagnóstico da dinâmica do desmatamento do município, extrair as informações, percepções e experiências dos atores sociais envolvidos nas problemáticas associadas ao desmatamento, especialmente e relacionadas às causas, aos efeitos e as possíveis soluções levantadas durante a oficina.

Durante a realização da oficina, o Sr. Darlison Souza responsável pela apresentação do PPCAD municipal, atentou para o fato de que a participação dos representantes das instituições que cooperaram na construção do documento era de suma importância para avaliação dos itens ponderados.

Neste contexto, é possível perceber em como a união das instituições, desenvolvimento de políticas públicas eficazes e sociedade civil organizada conseguem alcançar resultados positivos no combate ao desmatamento de forma que, seja possível reverter o quadro a partir da adoção de atitudes nas atividades desenvolvidas. Desse modo, é possível conseguir uma continuidade dessa política a partir do cumprimento das metas e, conseqüentemente adotar posturas mais sustentáveis com melhor aproveitamento dos recursos naturais por meio da sua gestão e através do provimento de desenvolvimento local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desmatamento é a principal fonte brasileira de emissão de gases de efeito estufa para a atmosfera, o que interfere no clima regional e global. Porém, pode-se perceber uma diferença na origem do desmatamento de acordo com o perfil de cada região. No Mato Grosso, por exemplo, o desmatamento deriva, sobretudo da abertura de áreas agrícolas em imóveis particulares, já no Pará o desmatamento está na maioria das vezes associado à grilagem e à especulação com terras públicas, quase sempre associadas à pecuária (IBGE, 2010).

O município de Paragominas foi um exemplo bem sucedido de aplicabilidade do Programa "Municípios Verdes". Houve integração entre sociedade e ação conjunta das instituições, para alcançar o objetivo comum, que é a redução do desmatamento; Além disso, isso foi possível por meio da adoção de modelos e práticas de gestão e desenvolvimento mais sustentável. Dessa forma, a população não fica totalmente dependente de apenas uma atividade econômica, mas consegue ter alternativas de desenvolvimento para conseguir segurança de renda e qualidade de vida.

A política pública dos Municípios Verdes ainda encontra alguns entraves para seu desenvolvimento de forma contínua como a falta de recursos humanos e de equipamentos. Portanto, outro desafio para a gestão é descentralizar essas ações para que se torne mais participativa por parte da sociedade para aplicação efetiva de todos os instrumentos propostos pelo programa. Por outro lado, para o Ministério Público Federal, a dificuldade está mais centrada na transparência das informações dos municípios, assim como na estruturação mais qualificada das secretarias de meio ambiente municipais.

Portanto, a administração pública possui estas interações internas que contribuem na sua evolução, mas é essencial que também tenham interações com a complexidade do entorno para que esta evolução se concretize e para que haja esse equilíbrio entre eficiência das políticas públicas e as interações sociais a partir de uma visão pensada no desenvolvimento endógeno e não exógeno de forma que englobe todos os atores sociais envolvidos neste contexto e que a comunicação tenha como ponto de partida as necessidades da população local.

REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA BRASILEIRA POR SATÉLITE – PROJETO PRODES estima 5.831 km² de desmatamento na Amazônia em 2015. Disponível em:

www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4058. Acesso em 03 de janeiro de 2017.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JR, Jeder; JACKS, Nilda (Org.). **Mediação e Mdiatização** (Livro Compós). Salvador: EDUFPA; Brasília: Compós, 2012, p. 32-53.

GUIMARÃES, Jayne et al. **Municípios Verdes: caminhos para a sustentabilidade**. Belém: Imazon, 2011.

IBAMA, Painel de Desmatamento. Disponível em: siscom.ibama.gov.br/painel/#/. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite: Projeto Prodes. São José dos Campos: Inpe.



INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS –INPE. Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite: Projeto Prodes. São José dos Campos: Inpe, 1979.

Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html>. Acesso em 02 de janeiro de 2017.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. O Estado da Arte da Gestão Pública. São Paulo. V.53, n.1 Jan/Fev. 2013.

O Programa Municípios Verdes. Disponível em www.municipiosverdes.pa.gov.br. Acessado em 20 de junho de 2018.

Parceiros PMV. Disponível em www.amazonia-ibam.org.br. Acessado em 22 de maio de 2018.

ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento. São Paulo: Oficina de textos, 2006. 207 p.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. Izabel. **O Estudo da Política**: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo, 1998.

SALISBURY, Robert H. **The Analysis of Public Policy**: A Search for Theories and Roles. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). Public Policy: The Essential Readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995. cap. 5, p. 34-37.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 15, n. 6, Dec. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000600017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 dez 2014.

SOUZA, M. Amazônia e modernidade. Estudos Avançados, São Paulo, v. 45, n. 15, p. 31-36, 2002.

SOUZA, Sergio Alves. **Uma Aplicação dos Tipos Ideais Weberianos**. Pernambuco, 2006. Disponível em: [www.ufpe.br/gepec/exemplos/06_artigo03\(sergioalves\).pdf](http://www.ufpe.br/gepec/exemplos/06_artigo03(sergioalves).pdf). Acesso em: 15 de julho de 2018.